

política

Vice de Marcelo Maranhata deve ser definido no sábado

Partidos podem bater o martelo também sobre as vagas ao Senado



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Lideranças dos partidos que compõem a federação PSDB-Cidadania devem se reunir neste sábado para decidir o pré-candidato a vice-governador na chapa liderada pelo ex-prefeito de Guaíba Marcelo Maranhata (PSDB), bem como as pré-candidaturas da maioria ao Senado.

Os tucanos haviam anunciado Betty Cirne Lima para o posto, mas ela acabou saindo da posição, ainda em abril deste ano.

O PSDB indicou o ex-deputado Claudio Diaz e o jornalista Milton Cardoso como postulantes à câ-



Maranhata representa a Federação PSDB-Cidadania na disputa eleitoral

mara alta do Congresso Nacional. É possível, porém, que um deles não concorra ao Senado, mas ao Piratini como vice de Maranhata, sendo Diaz o mais cotado para o cargo.

A decisão daqueles que dispu-

tarão vice e Senado será conjunta entre os partidos que compõem a federação - PSDB e Cidadania - e que, até momento, caminham sozinhos na coligação que está se formando para a maioria ao governo do Rio Grande do Sul.

Rejeitada proibição de ferros-velhos no 4º Distrito

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A tarde desta segunda-feira na Câmara de Porto Alegre foi marcada pela continuidade dos debates da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que trata da segunda etapa do Plano Diretor da Capital.

A principal emenda do dia discutiu a proibição da instalação de novos estabelecimentos de sucata e ferros-velhos em áreas da região do 4º Distrito.

A emenda 58, proposta pelo

vereador Rafael Fleck (MDB), estabelecia a proibição dos estabelecimentos nas Zonas de Ordenamento Territorial ZOT 8.2-A e B, que abrange os bairros Floresta, São Geraldo, Farrapos, Navegantes e Humaitá, concentrando-se no 4º Distrito de Porto Alegre.

O texto foi rejeitado por uma diferença de três votos, 18 vereadores negaram, enquanto 15 foram a favor. Nas galerias, foram registradas manifestações de catadores e proprietários de ferros-velhos.

Em 2025, o tema já foi debatido no plenário com o projeto

de lei que visava proibir a instalação e o funcionamento de ferros-velhos e depósitos de sucatas em Porto Alegre.

O texto previa a permissão de atuação apenas para associações de recicladores oficialmente cadastradas. Todos os demais estabelecimentos teriam um prazo de seis meses para encerrar as atividades. A tramitação do projeto não avançou na época.

Além da emenda 58, foram rejeitadas as emendas 62, 66 e 78. A emenda 78 propunha que projetos com mais de 9 metros de altura apresentassem estudos de sombras projetadas no solstício de inverno.

Para aprovação, a nova construção deveria garantir, no mínimo, três horas de sol entre 10h e 14h em ao menos uma das fachadas ou do terreno vizinho.

Os vereadores seguiram o acordo do número limitado de encaminhamentos e da discussão em plenário por no máximo dois vereadores.

As expectativas seguem sendo de finalização da votação na próxima sessão, que ocorre amanhã, dia 13 de maio. A tendência é que os debates se estendam até tarde da noite.



Catadores e recicladores acompanharam a sessão das galerias

Comissão analisará serviços prestados pela Aegea/Corsan

/ SANEAMENTO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Com a proposta de acompanhar a situação dos serviços de água e esgoto nos municípios atendidos pela Aegea/Corsan no Rio Grande do Sul, a Comissão Especial de Fiscalização da concessionária foi instalada nesta segunda-feira na Assembleia Legislativa. A proposta é analisar contratos, tarifas, investimentos e ouvir a população atingida pelos problemas recorrentes de abastecimento.

A deputada Stela Farias (PT) é presidente da Comissão Especial e disse que são recorrentes as denúncias de falta da água, cobranças abusivas, erros de leitura nos hidrômetros e a demissão de funcionários capacitados após a privatização.

Segundo Stela, a comissão terá caráter fiscalizador e participativo, buscando garantir transparência e encaminhamentos concretos diante da crise enfrentada pela população gaúcha. A deputada estadual critica a omissão do governo estadual e das prefeituras dos municípios com investigações instauradas - Canoas, Gravataí, Viamão, Venâncio Aires, Alvorada e Esteio, que deveriam fiscalizar o contrato de concessão e não proteger os consumidores.

“O objetivo dos integrantes da Comissão Especial é reunir provas para possivelmente acionar o Ministério Público e exigir soluções para os problemas enfrenta-

dos em diversos municípios do Rio Grande do Sul”, afirma a parlamentar.

“Desde a venda da Corsan para a Aegea, houve um agravamento nos problemas de interrupção do serviço”, comenta. A presidente da comissão diz que há relatos de moradores que chegaram a ficar 10 dias sem água, e cidades como Alvorada, em regiões mais altas, frequentemente ficam de dois a três dias desabastecidas.

Sobre a gestão e operação, Stela diz que a empresa é acusada de reduzir drasticamente o quadro de pessoal qualificado através de programas de demissão voluntária, o que resultou na perda da “inteligência” e da cultura do serviço. “Isso reflete diretamente na incapacidade técnica de realizar leituras precisas dos hidrômetros e na manutenção da rede”, acrescenta a deputada.

Em nota, a Aegea/Corsan afirma que entende a importância do fórum como uma oportunidade para fortalecer o diálogo e a transparência com a sociedade. “Trata-se de uma oportunidade para qualificar o debate, fortalecendo o diálogo e prestando informações concretas sobre investimentos, serviços e desafios. Independentemente do contexto político-eleitoral que se avizinha, a companhia entende a importância deste fórum e a legitimidade do Parlamento para discussões produtivas de mostrar o muito que vem sendo feito em melhorias do saneamento, obras e tecnologias de ponta para o tratamento da água em todos os municípios onde a Corsan atua.”



Deputada Stela Farias conduziu ato de instalação do órgão técnico